

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

CONVÊNIO N.º 79/2022 – SESP / DEPEN

Convênio que entre si celebram a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL - DEPPEN** e a Empresa **BOM DEGUSTY ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA**, com a interveniência da **CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**, visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

PROTOKOLO N° 18.629.041-0

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SESP**, situada na Rua Cel. Dulcídio BR, 800 Batel, Curitiba – PR, CEP 80.420-170, neste ato representada por seu Secretário, Senhor **ROMULO MARINHO SOARES**, RG n.º 9.770.164-4, com interveniência do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL - DEPPEN**, situado na Rua Cel. Dulcídio BR, 800 Batel, Curitiba – PR, CEP 80.420-170, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado por seu Diretor, Senhor **FRANCISCO CARICATI**, RG 9.607.613-4/PR com a interveniência da **CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**, aqui representada por seu Gestor, o senhor **VALDEMIR ROZA DOS SANTOS** e de outro lado a empresa **BOM DEGUSTY ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.122.224/0002-21, com sede na Rodovia PR323, Km 281- Bairro Industrial – Cruzeiro do Oeste / PR, CEP: 87.400-000, representado por sua representante legal, a Senhora **NADIA EVANGELISTA CELINI**, doravante denominados, respectivamente, apenas **SESP/DEPPEN** e **CONVENIADA**, com fulcro no artigo 116 da Lei n.º 8.666/93, no art. 87, XVIII da Constituição Estadual e nos artigos 133 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Em cumprimento do princípio constitucional de respeito à dignidade do ser humano e atendimento das finalidades educativa e produtiva do trabalho do condenado, nos termos do art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP), Lei n.º 7.210/84, a ação conjunta entre os partícipes têm por objetivos prioritários e específicos:

- I – promover a reinserção social dos apenados através de atividades laborais e educacionais;
- II – permitir a redução da pena, por meio de atividades laborativas;
- III – promover a ressocialização dos apenados, conferindo-lhe participação ativa na sociedade, qualificando-o e transformando sua realidade interior e exterior;
- IV – incrementar as atividades laborais dos condenados, permitindo-lhes o encontro de suas reais vocações, em cumprimento à Lei n.º 7.210/84 e aos princípios jurídicos implícitos e explícitos nela contemplados;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

V – contribuir, por via indireta, com o desenvolvimento nacional, nos termos do art. 3º, II da CR, pela oferta de mão de obra, pela oportunidade de qualificação desta e pela participação ao setor produtivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao meio social, de conformidade com o disposto no artigo 28 e seguinte da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, devendo os mesmos atuar **dentro** das dependências da **CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**, na execução das seguintes atividades: servimento das refeições aos agentes públicos e presos, limpeza das embalagens de alumínio e demais embalagens, recolhendo as sobras das refeições, ensacando-as, separadamente dos demais resíduos, além de serviços de carga e descarga do caminhão, higienização do refeitório (quando possível) e distribuição das refeições dos presos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto os partícipes comprometem-se conjuntamente a envidar esforços e adotar, direta ou indiretamente, as ações para a realização do objeto constante na Cláusula Primeira e as atribuições definidas no Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio.

Parágrafo primeiro: Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP / Departamento de Polícia Penal – DEPPEN:

1. Colocar à disposição da **CONVENIADA**, por intermédio da **CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**, o quantitativo de 01 (um) preso para desenvolver as atividades estipuladas no objeto deste Convênio;
2. Submeter os presos a serem colocados à disposição da **CONVENIADA** à apreciação da Comissão Técnica de Classificação – CTC do respectivo Estabelecimento Penal considerando as aptidões, limites e habilidades dos presos;
3. Comunicar, através do Estabelecimento Penal, o Juízo da Vara de Execuções Penais, da implantação e exercício das atividades laborais dos presos fora das dependências do Estabelecimento Penal;
4. Realizar, por meio do Estabelecimento Penal, antes da implantação de canteiro de trabalho, prévio estudo acerca da viabilidade e dos benefícios advindos com a implantação do canteiro de trabalho, relacionando todas as despesas que poderão ser geradas a **SESP/DEPPEN**, confrontando-as com o equivalente valor repassado pela Conveniada;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

5. Decidir, por meio da **SESP/DEPPEN**, acerca da efetiva implantação do canteiro de trabalho, nos termos de autorização a ser requerida ao Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná, pelo recebimento do valor constante no subitem 16 do tópico seguinte, pelo recebimento do equivalente em produtos fabricados no canteiro de trabalho e ainda pela cobrança individualizada de despesas relativas ao canteiro de trabalho, tais como taxas de água, energia elétrica e outras;
6. Acompanhar, por meio do Estabelecimento Penal, os avanços ocorridos no preso, em seus aspectos moral, psíquico, econômico e social, gerando relatórios ao **DEPPEN**, que desenvolverá estudos de aprimoramento do trabalho do preso;
7. Encaminhar à **CONVENIADA**, através da Divisão de Ocupação e Qualificação – **DIOQ** – do Estabelecimento Penal, sempre que necessário formulário específico destinado ao controle do comparecimento e/ou da produção;
8. Emitir, por meio do **DEPPEN**, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **CONVENIADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado;
9. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento de Polícia Penal - **DEPPEN**, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com o conseqüente desimplante dos presos, caso a **CONVENIADA** não forneça a frequência mensal de comparecimento ou produção e/ou não efetue os pagamentos devidos a **SESP/DEPPEN**, nos prazos estabelecidos neste Convênio;
10. Zelar pela segurança e disciplina nos canteiros de trabalho durante o período da jornada diária, todavia, não se responsabilizando, a qualquer tempo, por eventuais danos e/ou avarias que máquinas e equipamentos da **CONVENIADA** possam sofrer em decorrência de motim, rebelião ou incidente de natureza diversa.
11. Designar gestor encarregado do acompanhamento do Convênio, o qual deverá gerar relatórios detalhados a **SESP/DEPPEN**, informando acerca de ocorrências e demais fatos de ajuste necessário ao bom andamento dos objetivos deste instrumento.
12. Realizar, por meio do Estabelecimento Penal, controle da entrada e saída de materiais destinados aos canteiros de trabalho, devendo enviar à Divisão Ocupacional e de Produção – **DIPRO** relatório discriminado da movimentação sempre que solicitado.

Parágrafo segundo: Compete à Conveniada:

1. Garantir a fiel execução do objeto deste Convênio;
2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no inciso I do parágrafo anterior, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o Convênio;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

3. Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos;
4. Respeitar, ao utilizar presos do **Regime Fechado**, o limite de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra, conforme disposto no §1º do artigo 36 da Lei de Execução Penal;
5. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando o limite mínimo de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, conforme dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;
6. Respeitar as normas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, seguindo a legislação trabalhista vigente;
7. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei n.º 7.210/84;
8. Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho;
9. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira do Termo de Cooperação, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, o fornecimento de matéria prima, máquinas e equipamentos de serviços, bem como programar e distribuir os serviços a serem executados;
10. Prestar total e imediata assistência ao preso, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento à unidade penal;
11. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e idoneidade.
12. Designar funcionário para o acompanhamento da execução dos serviços constantes do Plano de Trabalho, na proporção de 01 (um) funcionário para cada 25 (vinte e cinco) presos.
13. Remunerar os presos, nos termos da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84, em, ao menos, $\frac{3}{4}$ do salário mínimo nacional vigente;
14. Emitir a frequência mensal de cada preso, contendo o quantitativo (em dias corridos) de comparecimento e/ou produção realizada, descontadas as ausências em período superior a 06 (seis) horas, independentemente do motivo, devendo a mesma estar disponibilizada para a Divisão de Ocupação e Qualificação - DIOQ do Estabelecimento Penal até o último dia útil de cada mês, visando a elaboração da respectiva folha de pagamento;
15. Solicitar ao Estabelecimento Penal a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;
16. Repassar, nos termos da Resolução 008/2014 –DEPPEN/PR, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

100% do salário mínimo nacional por preso implantado, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente 8369-0, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de encargos administrativos, revertidos para programas de trabalho dos presos.

17. Realizar, às suas expensas e dentro do horário de trabalho palestras mensais, totalizando 4 horas, as quais abordem assuntos relativos à profissionalização, educação formal e continuada, prevenção de doenças, prevenção de acidentes, além de outros de interesse dos presos, que tenham relação com o processo educativo e ressocializador da pena;

18. Indicar gestor próprio o qual estará encarregado de acompanhar a produção e gerar relatórios mensais acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os partícipes.

19. Comunicar, de imediato e por escrito, à Direção da Unidade, quaisquer anormalidades no procedimento do preso, tais como ausência injustificada ao local onde presta serviço, atrasos, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada.

20. Realizar as suas expensas instalação de medidor de energia elétrica, quando possível, para o canteiro de trabalho e consequente pagamento da energia utilizada.

Parágrafo único: Estarão isentas as empresas que não utilizam equipamentos que necessitem de energia elétrica, ficando o gestor deste Convênio, Diretor da Unidade Penal, responsável por avaliar esta isenção.

21. Realizar as suas expensas instalação de medidor de água, quando possível, para o canteiro de trabalho e consequente pagamento de seu consumo.

22. Poderá, em comum acordo com a **Direção do Estabelecimento Penal**, utilizar uma ou mais partes das instalações da Unidade Penal para a implementação do canteiro de trabalho, cabendo-lhe as adequações, reformas, manutenção e conservação do(s) espaço(s) físico(s), da rede elétrica e hidráulica, restando incorporadas ao patrimônio público, sem direito a indenização por quaisquer benfeitorias (úteis, necessárias ou voluptuárias) efetuadas nas instalações do(s) canteiro(s), renunciando, desde já, expressamente, em caráter irrevogável e irretroatável, a qualquer indenização

Parágrafo terceiro: Compete aos presos prestadores de serviço:

1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;
2. Ser assíduo e pontual;
3. Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal e à vestimenta;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;
5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;
6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Convênio não envolve transferência de recursos financeiros e/ou orçamentários entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua publicação até 27/02/2023, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse de ambas as partes, respeitados os limites legais.

Parágrafo único. Caberá a SESP a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, do presente Convênio, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

CLÁUSULA QUINTA – CARGA HORÁRIA

1. De conformidade com o art. 33, da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, a jornada diária de trabalho não será inferior a 06 (seis) horas, nem superior a 08 (oito) horas.
2. A carga horária não ultrapassará 44 (quarenta e quatro) horas semanais. **(Art. 7º – inciso XIII da CF/88 “Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”)**;
3. Caberá à Direção do Estabelecimento Penal, mediante solicitação formal da Conveniada, autorizar ou não o trabalho aos sábados, observando-se a carga horária limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
4. Caberá a Divisão de Ocupação e Qualificação – DIOQ da Unidade Penal, fiscalizar o cumprimento da carga horária dos presos quando solicitado trabalho aos sábados pela Conveniada;

CLÁUSULA SEXTA – METAS DO CONVÊNIO

1. Construir um ambiente favorável à boa convivência dos recuperandos, despertando nos mesmos a autoestima e a corresponsabilidade do tratamento entre os demais recuperandos e com a sociedade;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

2. Motivar pelo aprendizado de novos ofícios, condições favoráveis a sua sustentabilidade para seu retorno a sociedade, alcançando plena reinserção no mercado de trabalho;
3. Propiciar aos recuperandos ambiente harmônico que estimule a solidariedade ajudando os seus companheiros no cumprimento de tarefas diárias e das suas penas;
4. Oportunizar a convivência familiar, estreitando os vínculos familiares, resgatando a união em família;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

A execução do convênio, obrigatoriamente, será acompanhada por Gestor e Fiscal, que deverão fiscalizar o cumprimento do propósito enunciado na avença.

§1º. Pela SESP/DEPPEN fica indicado como gestor o Senhor **VALDEMIR ROZA DOS SANTOS**, Gestor da **CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**, e o senhor **BOANERGES SILVESTRE BOENO FILHO**, Chefe do **SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO** como fiscal do presente Convênio.

§2º. Dentre as obrigações a serem cumpridas por Gestor e Fiscal do convênio, devem ser diligenciadas informações quanto ao recolhimento dos valores destinados aos presos, bem como ao Fundo Penitenciário do Paraná, devendo ser certificada tal informação mensalmente e registrada em autos próprios.

§3. O Gestor e Fiscal do convênio, em sendo celebrado, deverão verificar as obrigações conveniadas, especialmente aquelas que se referem ao recolhimento dos valores pagos aos presos e ao recolhimento dos encargos administrativos ao Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, devendo tal adimplemento ser condicionante às subseqüentes prorrogações do acordo e à celebração de novos convênios com a empresa já conveniada.

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO

Pelas atividades, os presos serão remunerados, ao menos, no equivalente a $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, nos termos do art. 29, caput, da Lei n.º 7.210/84, desde que cumprida a carga horária integral prevista neste instrumento.

§1º. O valor da remuneração poderá ser calculado com base na produção realizada por cada preso, conforme tabela definida pela Direção do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, observando o mínimo legal correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo nacional vigente.

§2º. Será autorizada a cobrança da parcela destinada ao FUPEN, encargos administrativos, das empresas conveniadas, conforme o número de presos implantados no canteiro de trabalho (Conselho Diretor do Fundo Penitenciário / Resolução Nº 008/2014 de 23 de julho de 2014), como segue abaixo:

- 01 a 50 presos implantados 25% do salário mínimo;

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

- 51 a 100 presos implantados 20% do salário mínimo;
- 101 a 200 presos implantados 15% do salário mínimo;
- 201 a 300 presos implantados 10% do salário mínimo;
- Acima de 301 presos implantados 5% do salário mínimo.

O quantitativo de presos será calculado pela média no mês.

§3.º À **CONVENIADA** caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **DEPPEN/FUPEN** em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, poderá motivar a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente.

§4.º Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a empresa deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.

§5.º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, obrigatoriamente, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da empresa em dívida ativa do Estado.

§6.º No caso de inadimplemento dos valores devidos aos presos, Gestor e Fiscal do convênio deverão remeter, em até 7 (sete) dias após o prazo previsto em convênio para pagamento de tais quantias, expediente à Defensoria Pública para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DO FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

A **CONVENIADA** repassará, nos termos da Resolução 008/2014 –DEPEN/PR, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a 100% do salário mínimo nacional por preso implantado, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente 8369-0, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de encargos administrativos, revertidos para programas de trabalho dos presos.

§1.º. Caberá única e exclusivamente ao **Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN**, deliberar sobre a isenção, total ou parcial, dos 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário mínimo nacional por preso, a ser recolhido para cobertura de despesas administrativas.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

§2.º A **SESP/DEPPEN** emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **CONVENIADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.

§3.º À **CONVENIADA** caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **DEPPEN/FUPEN** em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, poderá motivar a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DISTRATO E DA RESCISÃO

É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Convênio, a qualquer tempo, por mútuo consentimento.

Parágrafo único: nas hipóteses de descumprimento deste Convênio ou da legislação que lhe é aplicável, é cabível a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, restando a cada partícipe, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

Poderá os partícipes denunciar, a qualquer tempo, por escrito, o Convênio, restando a cada partícipe a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a denúncia.

Parágrafo único. A denúncia deverá ser notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, vedadas alterações que modifiquem substancialmente o seu objeto ou que contrariem as disposições da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica designado o Foro de Curitiba – PR, para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem do presente Convênio.

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

E, por estarem de acordo, firmam as partes, por seus representantes, o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Curitiba – PR., _____ de _____ de _____ .

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

FRANCISCO CARICATI
Diretor do Departamento de Polícia Penal

NADIA EVANGELISTA CELINI
Diretora da Bom Degusty Assessoria E
Alimentos Ltda

VALDEMIR ROZA DOS SANTOS
Gestor da Cadeia Pública de Marechal
Cândido Rondon

TESTEMUNHAS:

1. Nome: **Boanerges Silvestre Boeno Filho**
CPF: 708.556.417-20

2. Nome: **Bruno Alberto Maciel Forato**
CPF: 321.060.598-09

Documento: **CONVENIO079RONDON.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Francisco Alberto Caricati** em 23/02/2022 16:55, **Romulo Marinho Soares** em 08/03/2022 10:03.

Assinatura Avançada realizada por: **Bruno Alberto Maciel Forato** em 23/02/2022 16:48, **Valdemir Roza dos Santos** em 25/02/2022 17:32.

Assinatura Simples realizada por: **Nadia Evangelista Celini** em 25/02/2022 14:27.

Inserido ao protocolo **18.629.041-0** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 23/02/2022 16:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
8a524d6221a3fc59e1ebef00f0e99f52.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARANÁ
A Comissão Permanente de Licitação comunica as licitações abaixo.
Protocolo n.º 18.405.631-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022-SESA
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL COMÉRCIO LTDA, lote 01, R\$ 7.599.200,00
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA, lote 2,

Curitiba, 10 de março
Coordenador de Licitação
Caetano da Rocha

HOMOLOGAÇÃO_PE_104_SRP

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 14327722

Documento emitido em 10/03/2022 13:45:59.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11127 | 10/03/2022 | PÁG. 7

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

20767/2022

EXTRATO DE CONTRATO	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARANÁ	
Autorizado	Secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Gebrim Preto, em 25 de fevereiro de 2022.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná / Fundo Estadual de Saúde.
Contratado	Hospital Cristo Rei / Associação da Santa Casa de Iporã, com sede na Avenida dos Estudantes, nº 921, bairro Centro, município de Iporã, inscrito CNPJ sob o nº 78.077.906/0001-00, CNES nº 2729385.
Objeto	1) Fica rescindido, por acordo das partes contratantes, o Contrato nº 0306.989/2017 SGS, relativo a formalizar a relação entre o Gestor Estadual e o prestador de saúde, para garantir a vinculação do parto na Rede Mãe Paranaense das gestantes do Sistema Único de Saúde de município sob gestão do Estado, conforme faculta o art. 130, II da Lei Estadual nº 15.608/2007 e a Cláusula Nona do Contrato, a partir da assinatura deste Termo Rescisório. 2) Fica acordado entre as partes contratantes a extinção de direitos e obrigações mútuas originários da celebração do Contrato nº 0306.989/2017 SGS, declarando, para todos os efeitos legais, nada mais haver uma da outra relativamente aos serviços já processados, dando-se plena e geral quitação e reconhecendo-se que não houve inexecução contratual, assim como em relação a qualquer pretensão alusiva aos referidos serviços, quer seja por via administrativa, quer seja por via judicial.
Termo de Rescisão	0306.989/2017 DGS
Processo nº	14.523.396-8
Data da assinatura	04 de março de 2022.
Assinam	Secretário de Estado da Saúde e o representante legal do Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARANÁ	
Autorizado	Secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Gebrim Preto, em 25 de fevereiro de 2022.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná / Fundo Estadual de Saúde.
Contratado	Hospital Municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri / Prefeitura Municipal de Palotina, com sede na Rua Pioneiro, nº 348, bairro Centro, município de Palotina, inscrito CNPJ sob o nº 76.208.487/0001-64, CNES nº 4054695.
Objeto	1) Fica rescindido, por acordo das partes contratantes, o Contrato nº 0306.1008/2017 SGS, relativo a formalizar a relação entre o Gestor Estadual e o prestador de saúde, para garantir a vinculação do parto na Rede Mãe Paranaense das gestantes do Sistema Único de Saúde de município sob gestão do Estado, conforme faculta o art. 130, II da Lei Estadual nº 15.608/2007 e a Cláusula Nona do Contrato, a partir da assinatura deste Termo Rescisório. 2) Fica acordado entre as partes contratantes a extinção de direitos e obrigações mútuas originários da celebração do Contrato nº 0306.1008/2017 SGS, declarando, para todos os efeitos legais, nada mais haver uma da outra relativamente aos serviços já processados, dando-se plena e geral quitação e reconhecendo-se que não houve inexecução contratual, assim como em relação a qualquer pretensão alusiva aos referidos serviços, quer seja por via administrativa, quer seja por via judicial.
Termo de Rescisão	0306.1008/2017 DGS
Processo nº	14.558.507-4
Data da assinatura	04 de março de 2022.
Assinam	Secretário de Estado da Saúde e o representante legal do Contratado.

TERMO DE CONTRATO

ESTADO DE SAÚDE DO PARANÁ

de Estado da Saúde, Carlos Alberto Gebrim Preto, em 04 de março de 2022.

de Estado da Saúde do Paraná/ Fundo Estadual de Saúde.

DECLARAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS TAGALO, CNPJ sob o nº 01.156.547/0001-33 9539085, com sede na Rua Inocencio de 140, Município de Cantagalo, no Estado do

Objeto	1) Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato nº 0306.2299/2020 DGS, nos termos da Cláusula décima. 2) Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 05 (cinco) meses, de 17/03/2022 a 16/08/2022. 3) Fica mantido o valor mensal referente à execução do Contrato nº 0306.2299/2020 DGS. 4) Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 0306.2299/2020 DGS.
01º Termo Aditivo ao Contrato	0306.2299/2020 DGS
Processo	18.655.212-1
Data da assinatura	08 de março de 2022
Assinam	Secretário de Estado da Saúde e o representante legal do Contratado.

21236/2022

Secretaria da Segurança Pública

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO

RAG EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA.

Protocolo n.º 18.246.174-1.

Vigência: 08/03/2022 a 07/03/2023.

Valor total: R\$ 20.424,66 (vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Contrato tem por objeto a aquisição de barras de apoio, cabides e prateleiras para banheiro, com mão de obra para instalação, a fim de atender a demanda da unidade da Polícia Científica de Curitiba – sede Tarumã, oriundo do Pregão Eletrônico nº 1509/2021.

Assinado em 08/03/2022.

PACTO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Protocolo n.º 18.638.005-3.

Vigência: 08/03/2022 a 07/03/2023.

Valor total: R\$ 3.145,00 (três mil, cento e quarenta e cinco reais).

Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas – BPMOA, oriundo do Pregão Eletrônico nº 770/2021.

Assinado em 08/03/2022.

VB COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI.

Protocolo n.º 18.426.131-6.

Vigência: 08/03/2022 a 07/03/2022.

Valor total: R\$ 517,00 (quinhentos e dezessete reais).

Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Regimento de Polícia Montada - RPPM, oriundo do Pregão Eletrônico nº 770/2021.

Assinado em 08/03/2022.

PACTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Protocolo n.º 18.426.131-6.

Vigência: 08/03/2022 a 07/03/2022.

Valor total: R\$ 2.695,80 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Regimento de Polícia Montada - RPPM, oriundo do Pregão Eletrônico nº 770/2021.

Assinado em 08/03/2022.

GT DISTRIBUIDORA LTDA.

Protocolo n.º 18.577.199-7.

Vigência: 08/03/2022 até 26/10/2022.

Valor total: R\$ 4.954,30 (quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

Contrato tem por objeto a aquisição de pães para atender as necessidades do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas - BPMOA, oriundo do Pregão Eletrônico nº 645/2021.

Assinado em 08/03/2022.

BOM DEGUSTY ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA.

Protocolo n.º 18.629.041-0.

Vigência: a partir da data de sua publicação até 27/02/2023.

Convênio tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados da Cadeia Pública de Marechal Cândido Rondon.
Assinado em 08/03/2022.

A.O.M ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA NESTE ATO REPRESENTADA PELA EMPRESA CERQUEIRA & BASSO S/S LTDA.
Protocolo n.º 18.429.729-9.
Vigência: 23/03/2022 à 22/03/2023.
Valor total: R\$ 4.892,27 (quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos).
Termo aditivo tem por objeto a locação do imóvel utilizado para abrigar veículos apreendidos em Cianorte, prorrogando a vigência do contrato.
Assinado em 09/03/2022.

21239/2022

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 259/2022

PROTÓCOLO: 18.580.922-6
OBJETO: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Londrina/PR.
INTERESSADO: Comando do Corpo de Bombeiros.
Abertura: 24/03/2022 às 9h.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO, e licitacoes-e do Banco do Brasil, licitações por instituição, SESP, ID do Banco do Brasil - 926286 SESP, 10/03/2022.

20728/2022

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
NÚCLEO ESTADUAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
ABERTURA DE CONCURSO AUDIOVISUAL

EDITAL DE ABERTURA N.º 001/2022 – NEPSD
PROTÓCOLO: 18.692.701-0
OBJETO: VI Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual sobre Drogas
INTERESSADO: NEPSD
Abertura: 25/02/2022
Inscrições: até 07/10/2022
O edital encontra-se à disposição no portal <http://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/> ícone CONCURSOS – CONCURSO AUDIOVISUAL

20735/2022

**Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior**

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO
SUPERIOR - SETI.
Subprograma “Inclusão e Direitos Sociais” – Edital 05/2019

TC 017'22 – Eprotocolo: 16.765.331-6 - Participes: SETI/UGF/USF/UEM. Objeto: “Núcleo de Educação para Prevenção ao Abuso de Drogas - NUPAD”, Programa Universidade Sem Fronteiras – USF- Área Prioritária – “Melhoria do Ensino Superior”, definida pelo CCT/PR, Edital 005/2019. Recurso: O Valor Global das despesas para a execução do projeto é de R\$ 74.820,00 para o período de 12 meses, sendo que a SETI - FUNDO PARANÁ disporá de recurso mediante Movimentação de Crédito Orçamentário (M.C.O.), respeitadas às disponibilidades financeiras e orçamentárias e conforme Cronograma de Desemboço e Plano de Trabalho. Vigência: O presente Termo terá vigência a partir da publicação do extrato em Diário Oficial e duração de 16 meses, sendo destes, 12 meses destinados para a execução do projeto, Assinatura: Datado e Assinado Digitalmente

20827/2022

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 14329822

Documento emitido em 10/03/2022 13:47:01.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11127 | 10/03/2022 | PÁG. 8

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

 Diário OFICIAL

21289/2022

Autarquias

CCTG

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 01/2019

Protocolo	18.642.337-2	
Partes	CCTG e Master Vigilância Especializada SS Ltda.	
Período da Prorrogação	12 meses, correspondente ao período de 01/03/2022 até 28/02/2023	
Fundamento	Art. 103, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/07	
Valor do Contrato	Mensal de R\$ 64.062,70, totalizando R\$ 768.752,40 pelo período aditado.	
Dotação Orçamentária	5132.13.122.42.6200 - Gestão Administrativa do CCTG	
Elemento de Despesa	3390.3702	Fonte: 100
Firmado	Em 01/03/2022 pelo Diretor Presidente do CCTG e pelo representante legal da empresa	

EXTRATO DO CONTRATO n.º 01/2022 DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Protocolo	18.277.283-6	
Partes	CCTG e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR	
Objeto	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação compreendendo os seguintes serviços: Gestão de Ambientes de TIC; Comunicação e Armazenamento em Nuvem; Computação em Nuvem; Emissão de Certificado Digital; Desenvolvimento, Hospedagem e Sustentação a Portais; Consultoria e Projetos de TIC; e, serviços para operações e gestão de soluções.	
Vigência	24 (vinte e quatro) meses contados a partir de sua celebração, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 103, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007.	
Fundamento	Contratação direta autorizada no processo de Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 34, inc. XIV, da Lei Estadual nº 15.608/2007.	
Valor Global do Contrato	R\$ 383.341,59 (trezentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos).	
Dotação Orçamentária	5132.13.122.42.6200 - Gestão Administrativa do CCTG	
Elemento de Despesa	3390.4004	Fontes: 100 e 101
Firmado	Em 01/03/2022 pelo Diretor Presidente do CCTG e pelos Diretores Presidente e Administrativo-Financeiro da CELEPAR	

21165/2022

COMEC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE
OBRAS PÚBLICASCOORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - RDCi Nº 01/2022 – 004/2022/GMS

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec torna público que fará realizar licitação, Regime Diferenciado de Contratação Integrada - RDCi, na forma a seguir descrita:

PROTÓCOLO: 18.670.041-4

OBJETO Contratação integrada de empresa especializada para a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação de Iluminação Pública e Dispositivos de Segurança Rodoviária na BR-376/PR, trecho Contorno Sul de Curitiba, km 587,8 ao km 598,5, com extensão igual à 10,7 km.

PRAZO DE EXECUÇÃO: será de 300 (trezentos) dias, contados a partir da data fixada no Edital e do Elemento Técnico Instrutores

do a partir da data de publicação do contrato, (tenta) dias após decurso do prazo de execução, março de 2022 às 09h:00min.

de Reuniões da COMEC, na Rua Jacy Loureiro do Cívico, Curitiba – PR.

do Edital e dos Elementos Técnicos Instrutores do site www.comec.pr.gov.br (Entrar na área de parência, na sequência em licitações entrar em licitação), e o “Compras Paraná” e/ou o site